

DISCIPLINA:	DIREITO PENAL - TEORIA DAS PENAS E EXECUÇÃO PENAL - 100800
UNIDADE DE ENSINO 1:	TEORIA DAS PENAS – PARTE 1
COMPETÊNCIAS:	Conhecer e Interpretar os princípios, conceitos e institutos relacionados à pena e sua aplicação.
RESULTADO DE APRENDIZAGEM:	Conhecer e aplicar a dosimetria da pena nas diversas espécies de penas presentes no Direito Penal. Compreender às circunstâncias qualificadoras, a fixação da pena, prescrição, decadência, retratação, anistia, graça, indulto e as causas de aumento e diminuição de pena.
SEÇÃO 1:	Introdução à Teoria da Pena (Teórico)
CONTEÚDO:	- Concurso de pessoas: autoria e participação. Concurso de delitos: material, formal e continuado. - Circunstâncias qualificadoras. Teoria da pena em sentido estrito: considerações gerais. Conceitos e teorias. - Fixação da Pena. Conceitos e Fundamentos. Individualização da Pena - Princípios inerentes à pena. Abolicionismo penal. Sistemas penitenciários: reclusão, detenção. Direito Penal máximo. Justiça retributiva versus justiça restaurativa.
SEÇÃO 2:	Extinção da punibilidade e Causas de Extinção (Teórico)
CONTEÚDO:	- Classificação das causas de extinção da punibilidade. - Morte do agente. Anistia e renúncia; Anistia. Graça e indulto e Renúncia. - Retratação e Perdão judicial. - Prescrição, decadência e perempção.
SEÇÃO 3:	Concurso de Crimes e Sistema de Aplicação da Pena (Teórico)
CONTEÚDO:	- Concurso Formal Impróprio. Concurso Formal Próprio. - Concurso Material. Crime combinado. - Fixação da Pena. Circunstâncias judiciais. Circunstâncias legais: agravantes e atenuantes. - Causas de aumento e de diminuição. Regimes penais. Regime inicial e especial.
UNIDADE DE ENSINO 2:	TEORIA DAS PENAS – PARTE 2
COMPETÊNCIAS:	Conhecer e interpretar às contravenções penais, o cumprimento de pena e os critérios de sua aplicação.
RESULTADO DE APRENDIZAGEM:	Conhecer, analisar e aplicar a contagem de prazos no cumprimento de pena. Compreender as contravenções penais, incidentes e os critérios de aplicação do perdão judicial, da pena privativa de Liberdade, da restritiva de direitos e da pena de multa.
SEÇÃO 1:	Contravenções Penais, Incidentes e Medida de Segurança (Teórico)
CONTEÚDO:	- Teoria geral e Parte Especial das Contravenções Penais - Detração Penal. Livramento Condicional. - Medida de Segurança. - Sursis. Conceito. Natureza Jurídica. Sistemas.
SEÇÃO 2:	Condições de Punibilidade, Penas e seus Critérios de Aplicação (Teórico)
CONTEÚDO:	- Condições objetivas de punibilidade. Teoria geral da punibilidade. Causas de extinção de punibilidade. Conceito. Princípios. Direito de punir. Hipóteses. Morte do agente. Anistia, graça e indulto. - Perdão judicial. Prescrição. Escusas. Renúncia. Dosimetria da Pena. - Pena de Multa: Sistema de cominação. A multa no direito brasileiro. A multa e a (im)possibilidade de conversão em detenção. Penhora. - Análise de contagem de prazos.
SEÇÃO 3:	Penas Privativas e restritivas de direito (Teórico)
CONTEÚDO:	- Pena Privativa. - Pena Privativa de liberdade (remissão, detração e progressão de regime). - Pena Privativa de liberdade (progressão de regime). - Pena Restritiva; Penas restritivas de direito.
UNIDADE DE ENSINO 3:	EXECUÇÃO PENAL – PARTE 1

COMPETÊNCIAS:	Conhecer os institutos da Lei de Execuções Penais para garantir ao preso o adequado tratamento prisional, pela ação dos órgãos de execução penal e pela efetivação dos direitos e deveres concedidos aos presos.
RESULTADO DE APRENDIZAGEM:	Compreender os princípios e funções da Execução Penal. Aplicar os institutos da lei de execução penal, seus recursos e procedimentos para zelar pelo tratamento humano dos presos no cumprimento das diversas espécies de medidas privativas de liberdade e restritivas de direitos.
SEÇÃO 1:	Princípios e Funções da Execução Penal (Teórico)
CONTEÚDO:	- Do objeto e da aplicação da lei de execução penal (noções gerais, tríplice finalidade da pena, diferenciação entre pena, medida de segurança e medida socioeducativa – ECA). - Princípios orientadores da execução penal (legalidade, igualdade, individualização da pena, jurisdicionalidade). - Classificação dos condenados (critérios de antecedentes e personalidade). - Assistência ao preso, ao internado e ao egresso. Assistência material, à saúde, jurídica, educacional, social e religiosa. Cooperação da comunidade na execução penal: patronato e Conselho da Comunidade. Comissão Técnica de Classificação. Centro de Observação Criminológica.
SEÇÃO 2:	Direitos e Deveres (Teórico)
CONTEÚDO:	- Defensoria Pública: função na execução penal. Estabelecimentos penais: abrangência, o preso provisório, hipóteses de prisão especial, estrutura e finalidade. Penitenciária, colônia agrícola, industrial ou similar; casa do albergado, centro de observação e hospital de custódia e tratamento. Cadeia pública. - Recompensas e bom comportamento do preso: regras mínimas da ONU (Resolução 14, art. 55), hipóteses, previsão legal e em regulamento. Órgãos da execução penal: Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (membros, mandato, funções). A contribuição do CNJ/DMF. Juízo da execução penal: competência, regras de fixação do local, a situação do preso provisório. Atribuições do juiz da execução. Conselho penitenciário (funções consultivas e fiscalizatória). Departamento Penitenciário Nacional: atribuições, aprimoramento do sistema penitenciário. Departamento Penitenciário Local. Direção do pessoal dos estabelecimentos penais, quadro de pessoal. Patronato: assistência aos albergados e egressos, competência para inspeção do patronato, funções do patronato. Conselho da Comunidade: composição, funções. - Deveres do condenado.
SEÇÃO 3:	Funções, Regime e Trabalho no Cumprimento de Pena (Teórico)
CONTEÚDO:	- Execução penal provisória (competência para análise dos pedidos, hipóteses). Restrições impostas na sentença penal condenatória aos direitos do preso. LC 135/2010 e inelegibilidade. Direitos políticos. - Regime disciplinar diferenciado (RDD): constitucionalidade, duração máxima, contagem, acompanhamento do isolamento, restrição de visitas semanais (crianças: regras mínimas da ONU e Estatuto da Criança e do Adolescente), extensão a presos provisórios ou condenados nacionais ou estrangeiros. - Sanções disciplinares: advertência verbal, repreensão, suspensão ou restrição de direitos, isolamento na própria cela, isolamento em RDD (hipóteses, duração, medidas preventivas, competência para aplicação, devido processo legal, oitiva do MP e obrigatoriedade de assistência do advogado ou defensor, critérios para aplicação – natureza, motivos, circunstâncias e consequências do fato). - Trabalho do condenado: finalidades educativa e produtiva. Distinção entre trabalho do apenado e trabalhos forçados. Crime político e não obrigatoriedade do trabalho do condenado. Preso provisório e facultatividade do trabalho interno. Remuneração do trabalho do preso (tabelamento, não submissão à CLT, destinação do produto da remuneração do trabalho). Distinção em relação às tarefas executadas como prestação de serviços à comunidade (ônus do condenado). Trabalho externo (requisitos, percentual máximo, remuneração, prestação de trabalho à iniciativa privada, autorização e ato jurisdicional da execução).
UNIDADE DE ENSINO 4:	EXECUÇÃO PENAL – PARTE 2
COMPETÊNCIAS:	Conhecer os institutos da Lei de Execuções Penais para garantir ao preso o adequado tratamento prisional, pela ação dos órgãos de execução penal e pela efetivação dos direitos e deveres concedidos aos presos.
RESULTADO DE APRENDIZAGEM:	Compreender os procedimentos, espécies e funções da Execução Penal. Aplicar os institutos da Lei de Execução penal, anistia, graça, indulto, recursos e autorizações de saída. Zelar pelo tratamento humano dos presos no livramento condicional, sursis, monitoração eletrônica, remição e das penas restritivas de direitos.
SEÇÃO 1:	Anistia, Graça e Indulto na execução penal (Teórico)
CONTEÚDO:	- Excesso ou desvio na execução (conceito, consequências, competência para suscitar). Atestados; certidões e aspectos relevantes no emprego de algemas. - Anistia (conceito, espécies, finalidade, competência, natureza jurídica do ato, efeitos extrapenais). - Graça (conceito, espécies, finalidade, competência, natureza jurídica do ato, efeitos extrapenais). - Indulto (conceito, espécies, finalidade, competência, natureza jurídica do ato, efeitos extrapenais).

SEÇÃO 2:	Procedimento judicial e Recursos na execução penal (Teórico)
CONTEÚDO:	- Procedimento judicial da execução penal (competência, impulso oficial e legitimidade) - - Recursos; agravo em execução e carta testemunhável. - Execução das medidas de segurança: espécies (detentiva, restritiva), finalidade preventiva, parâmetro da periculosidade do agente. Exame criminológico. Prazo máximo. Desinternação condicional: plano de desligamento interno. Incidentes de execução: conversões.
SEÇÃO 3:	Procedimentos, Espécies e autorizações de saída no cumprimento de pena (Teórico)
CONTEÚDO:	- Autorizações de saída: prazos, condições – permissão de saída, saída temporária - Livramento condicional (competência, requisitos, condições, participação do Ministério Público e do Conselho Penitenciário). - Distinções entre sursis e livramento condicional. Carta, caderneta e cerimônia de livramento. Observação cautelar e proteção (Conselho da comunidade, patronato e serviço social penitenciário). Revogação (requisitos e competência). Monitoração eletrônica (condições, previsão legal, deveres, revogação). - Remição. Suspensão. Limitação de fim de semana. Interdição temporária de direitos. - Penas restritivas de direitos: requisitos, competência, alterações da forma de cumprimento. Prestação de serviços à comunidade.